Recebido em: **15/3/2010** Emitido parece em: **5/4/2010** **Artigo original**

INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE MARINGÁ-PR

Angela Maria Ruffo, Alexandre Rocco dos Santos

RESUMO

Esta pesquisa de caráter descritivo buscou através da aplicação de um questionário analisar o preparo dos professores de Educação Física, nos estabelecimentos de ensino regular da rede municipal da cidade de Maringá-PR, no que se refere à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. O questionário composto por 10 questões foi aplicado em cinco professores de Educação Física e constatou que 4 (80%) professores tiveram sua formação em faculdades públicas, 4 (80%) estão atuando a mais de 5 anos na área, sendo que 1 (20%) atua a mais de 10 anos. Todos os professores questionados (100%) declararam ter conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física adaptada, sendo o conhecimento obtido na graduação, em cursos de extensão e em especialização. Quando questionados sobre a existência de alunos deficientes em suas aulas, apenas 2 (40%) professores disseram possuir alunos inclusos em suas turmas, justamente os que possuem especialização na área. Em relação aos requisitos necessários para incluir PNEE nas aulas, 5 (100%) dos avaliados responderam a necessidade de ter conhecimento específico. Quando questionados se as aulas de Educação Física auxiliam as PNEE no processo de inclusão na comunidade escolar e até mesmo na sociedade, 2 (40%) dos questionados disseram que sim e 3 (60%) mencionaram que não. Portanto, conclui-se com esta investigação que os professores não estão totalmente preparados para atenderem essa clientela, as próprias escolas precisam de melhor infraestrutura, materiais didáticos, físicos e melhores condições de trabalho para os professores.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Física.

INCLUSION OF SPECIAL PEOPLE WITH NECESSITY EDUCATIONAL IN THE LESSONS OF PHYSICAL EDUCATION IN THE MUNICIPAL NET OF EDUCATION OF THE CITY OF MARINGÁ-PR

ABSTRACT

This research of descriptive character searched through the application of a questionnaire to analyze the preparation of the professors of Physical Education, in the regular educational establishments of the municipal net of the city of Maringá-PR, as for the inclusion of People with Educational Necessities Special. The composed questionnaire for 10 questions was applied in five professors of Physical Education and evidenced that 4 (80%) professors had had its formation in public faultinesses, 4 (80%) is acting more than the 5 years in the area, being that 1 (20%) acts the 10 years more than. All the questioned professors (100%) had declared to have knowledge on Special Education and/or adapted Physical Education, being the knowledge gotten in the graduation, courses of extension and specialization. When questioned on the existence of deficient pupils in its lessons, only 2 (40%) professors had said to possess enclosed pupils in its groups, exactly the ones that possess specialization in the area. In relation to the requirements necessary to include a PNEE in the lessons, 5 (100%) of the evaluated ones had answered the necessity to have specific knowledge. When questioned if the lessons of Physical Education they assist PNEE in the process of inclusion in the pertaining to school community and even though in the society, 2 (40%) of the questioned ones had said that yes and 3 (60%) had mentioned that not. Therefore, it is concluded with this inquiry that the professors total are not prepared to take care of this clientele, the proper schools need better infrastructure, didactic, physical materials and better conditions of work for the professors.

Keywords: Inclusion, Physical Education.

INTRODUÇÃO

Atualmente o tema inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) tem sido alvo de diversos debates. O discurso em torno da integração de PNEE no ensino regular tem apresentado certa evolução, porém na prática a exclusão contribui para que o discurso permaneça somente na teoria.

Segundo Aguiar e Duarte (2005, p. 236):

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, ao reconhecer a Educação Especial como modalidade de ensino que permeia todos os níveis escolares, deixa claro que não há, nos sistemas de ensino, tipos separados de educação. Sendo assim, a Educação Especial não é um subsistema e as unidades escolares devem ter um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos possam desenvolver suas competências com respeito e dignidade, entre eles os que necessitam de apoios diferenciados. A escola precisa estar aberta para atender a todos e o governo deve oferecer reais condições para a implantação da escola inclusiva no país, fornecendo verbas, criando cursos de reciclagem para os docentes e atendendo as demais necessidades estruturais necessárias para tal ocorrência, como por exemplo, proporcionando apoio educacional especializado adequado para todos os alunos.

Caputo e Ferreira (2000) afirmam que a integração de crianças com necessidades educacionais especiais tem causado um grande impacto no meio escolar, nas instituições especializadas e entre os pais dos alunos com e sem dificuldades educacionais especiais. Isso vem causando muitas dúvidas, razões da dificuldade de implementação de ações em favor da criação de uma escola mais justa, que ofereça oportunidade e qualidade para todos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 15: “A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos e em processo de desenvolvimento...”. Já a constituição Brasileira, no art. 205, afirma que: “a educação, é direito de todos e dever do Estado e da família...” e no art. 208, inciso III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (LOURO, 1997, p.35).

A inclusão é um processo que envolve a participação de ações nas áreas da educação, saúde, ambiente físico, entre outros, tornando importante o respeito às diferenças de cada criança e a realização de transformações, quando necessárias para receber e manter o aluno em um processo educativo ativo e construtivo. (SILVA *et al*, 2000 p.13).

A prática da Educação Física, tem sido um meio muito utilizado para inclusão no processo de educação escolar, contribuindo de forma positiva no reconhecimento das capacidades destas crianças. Por tanto, podemos admitir que a inclusão depende de diversos fatores, tais como: adaptação do ambiente e dos materiais, principalmente no que se refere a Educação Física, preparação do professor para atender adequadamente essas crianças, e aceitação por parte dos alunos “não deficientes”, para que ao invés de ser uma inclusão, não seja uma exclusão. Para que isso aconteça, é preciso que haja uma mudança geral tanto nas políticas, quanto nos programas e serviços de apoio oferecido.

Quanto à disciplina de Educação Física, no que se refere, especificamente, às PNEE, Rosadas (1986, p.38) afirma que:

> No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

Para tanto, esta investigação tem como objetivos analisar o preparo dos professores de Educação Física nos estabelecimentos de ensino regular da rede municipal da cidade de Maringá-PR, no que se refere à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; identificar os conhecimentos dos professores sobre Educação Inclusiva e Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada; investigar se os professores estão preparados para auxiliar no desenvolvimento de crianças

com necessidades educacionais especiais e verificar se está acontecendo à participação e a inclusão de PNEE nas aulas de Educação Física.

METODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa se caracterizou como uma abordagem qualitativa, descrita por Trivinos (1987), tendo como referência de estudo a Inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nas Escolas de Ensino Regular, em especial nas aulas de Educação Física, na cidade de Maringá-PR.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por professores de Educação Física das escolas da rede municipal de ensino da cidade de Maringá-PR. Sendo a amostra composta por cinco professores de Educação Física, integrantes do quadro de docente das escolas da rede municipal de ensino na cidade de Maringá-PR que possuem inclusão de alunos PNEE.

Os professores foram indicados pela direção das escolas visitadas.

INSTRUMENTO

Foi composto por um questionário para os professores de Educação Física, contendo dez questões, sendo cinco questões fechadas, 2 abertas e 3 combinadas. Este questionário foi proposto por Aguiar e Duarte (2005).

COLETA DE DADOS

Inicialmente foi necessário solicitar junto à coordenadora da disciplina de Educação Física da Secretaria de Educação do Município de Maringá-PR (SEDUC) uma carta de autorização para realização da aplicação de um questionário com professores de escolas da rede municipal de ensino que possuem inclusão de PNEE.

Na sequência o projeto de pesquisa juntamente com a carta de autorização foi encaminhando ao Comitê de Ética da Uningá, a fim de que o mesmo fosse avaliado e emitido parecer para realização da investigação. Após a emissão do parecer pelo Comitê de Ética da Uningá o pesquisador por telefone esclareceu aos diretores das escolas o objetivo da pesquisa, marcando horário para entrega das autorizações cedidas pela coordenadora de Educação Física da SEDUC.

No dia da coleta o pesquisador solicitou aos professores que lessem e assinassem o Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa, segundo a orientação da Resolução nº 196/96 do Ministério da Saúde, a respeito de pesquisas envolvendo seres humanos. Na sequência entregou o questionário ao professor de Educação Física para que o mesmo realiza-se o preenchimento. Todos professores de Educação Física avaliados responderam ao questionário durante sua hora-atividade. O questionário foi entregue pelo próprio pesquisador que permaneceu na escola aguardando o preenchimento do mesmo.

ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados foram analisados através da estatística descrita para as questões fechadas, e análise qualitativa para as questões abertas, utilizando as resposta obtidas no questionário.

As questões fechadas foram apresentadas em forma de tabelas, por meio de frequência (f) e percentual (%) e as questões abertas exposta de acordo com a própria escrita (caligrafia) do avaliado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados por meio da interpretação das respostas obtidas em cada pergunta, sendo as perguntas fechadas e combinadas quantificadas por meio da estatística descritiva utilizando a frequência (f) e o percentual (%) e demonstrados em forma de tabelas. Contudo, com relação às questões abertas, estas foram descritas na integra, utilizando as respostas obtidas durante a aplicação do questionário,

Inicialmente torna-se necessário demonstrar que: quatro (80%) professores eram do gênero masculino e um (20%) do gênero feminino.

Na Tabela 1, os professores foram questionados sobre sua ***"Faculdade de origem":***

Tabela 1. Faculdade de origem.

Faculdade de origem	f	%
Privada	1	20
Pública	4	80
Total	5	100

f = frequência; **% =** percentual.

Pode-se verificar na tabela 1 que cerca de 4 (80%) dos informantes se formaram em faculdades públicas, enquanto 1 (20%) em faculdade privada.

Com relação à questão ***"Qual a sua formação acadêmica?"*** na Tabela 2 é possível observar as resposta obtidas:

Tabela 2. Formação acadêmica.

Formação acadêmica	f	%
Graduação	-	-
Especialização	5	100
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-
Total	5	100

f = frequência; **% =** percentual.

Observa-se que na tabela acima (tabela 2) 100% dos participantes possuem curso de graduação e especialização na área da Educação Física, não especificamente na área de PNEE. Para os cursos de especialização destacam-se na área de Treinamento desportivo, Recreação e Lazer; Educação Física Escolar, Educação Física Infantil, Morfofisiologia Aplicado ao Exercício.

Neste contexto, Freitas (2002, p. 154) descreve que os professores devem dar ênfase à sua própria formação e aprimoramento pessoal, sendo assim, "Caberá aos professores identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional".

Na Tabela 3 foi feito o seguinte questionamento: ***"Há quanto tempo atua na área de Educação Física?"***, vejamos as respostas obtidas:

Tabela 3. Tempo de atuação na área de Educação Física Escolar.

Tempo de atuação	f	%
Menos de 1 ano	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Entre 5 e 10 anos	4	80
Mais de 10 anos	1	20
Total	5	100

f = frequência; **% =** percentual.

Observando a Tabela 3, nota-se que 4 (80%) professores, tem mais de 10 anos de tempo de atuação na área da Educação Física Escolar, e apenas 1, que corresponde a 20%, possui entre 5 a 10 anos de atuação.

Sabemos que o tempo de atuação de um profissional oferece oportunidades de amadurecimento em relação ao seu preparo didático-pedagógico, sendo assim, Tardif (2002, p. 39) complementa dizendo que o professor "deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos."

Com relação à questão ***"Possui conhecimento sobre Educação Especial e/ou adaptada?"*****,** a tabela 4 demonstra as respostas obtidas.

Tabela 4. Conhecimentos sobre Educação Especial e/ou adaptada.

Possui conhecimentos	**f**	**%**
Sim	5	100
Não	-	-
Total	5	100

f = frequência; **% =** percentual.

A Tabela 4 aponta que os participantes que disseram ter conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada, os adquiriram nas seguintes fontes: 5 (100%) na graduação, 1 (20%) também em cursos de extensão; 2 (40%) em especialização, 2 (40%) em leituras independentes, 2 (40%) em palestras e 3 (60%) em outros tipos. É bom salientar que, nessa questão, os informantes puderam assinalar como mais de uma alternativa.

O Conselho Nacional de Educação diz:

> São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para: perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 1994, p. 31).

Com relação à questão 05 ***("Possui algum aluno portador de deficiência na sua escola?")*** a tabela 05 demonstra as resposta obtidas.

Tabela 5. Existência de algum PNEE em suas aulas.

Existência de PNEE em suas aulas	**f**	**%**
Sim	2	40
Não	3	60
Total	5	100

f = frequência; **% =** percentual.

É possível verificar na Tabela 5, que somente 2 (40%) dos professores informantes, disseram ter em suas aulas alunos com necessidades educacionais especiais e 3 (60%), disseram não ter.

Dentro as deficiências informadas pelos professores estão, 1aluno com deficiência mental e 1 aluno com dislexia – auditiva e visual.

Segundo Pedrinelli (2002) para que aconteça a participação de um processo inclusivo, é necessário estar disposto a considerar e respeitar as diferenças de cada pessoa, além de criar possibilidades para que cada um consiga aprender sobre si e sobre outro.

Na tabela 06, os professores foram questionados se ***"seus conhecimentos são suficientes para incluir PNEE em suas aulas":***

Tabela 6. Conhecimento para inclusão de PNEE nas aulas.

Conhecimentos para inclusão	f	%
Sim	2	40
Não	2	40
Não respondeu	1	20
TOTAL	**5**	**100**

f = frequência; **% =** percentual

Verifica-se na Tabela 6, que 2 (40%) dos participantes, disseram ter conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas, 2 (40%) responderam que não tinham conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas de Educação Física e 1 (20%) professor não respondeu a questão.

Considerando as diretrizes, ou seja, de que, sempre que possível, as crianças, jovens e adultos deficientes sejam atendidos em escolas regulares, a necessidade de preparação do corpo docente, e do corpo técnico e administrativo das escolas aumenta enormemente. Em princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos deficientes. (ALVES, 2005, p.71).

Conforme relata Araújo (1997) a formação profissional básica de profissionais de Educação Física deve ser discutida. A maioria destes professores não tiveram em sua formação uma disciplina que os auxiliassem a trabalhar com Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

De acordo com Mantoan (1997) o professor especializado dispõe de melhores condições para atender o aluno deficiente em suas aulas. Uma vez que o mesmo é agente fundamental para integrá-lo ao ambiente escolar.

Quanto a questão 7, os professores responderam se ***"a participação dos PNEE nas aulas de Educação Física auxiliam a inclusão na comunidade escolar".***

Tabela 7: Aulas de Educação Física auxilia a inclusão de PNEE na comunidade escolar

Auxilia a inclusão dos PNEE na comunidade escolar	f	%
Sim	2	40
Não	3	60
Total	**5**	**100**

f = frequência; **% =** percentual

Na Tabela 7 observa-se que 2 (40%) dos professores que participaram da pesquisa, acreditam que a participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxiliaria a inclusão do aluno na comunidade escolar, e 3 (60%), ou seja, a maioria, não acreditam que possa haver auxílio na comunidade escolar.

Sassaki (1999, p. 17) diz que o movimento de inclusão tem como objetivo:

> A construção de uma sociedade realmente igual para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais se destacam: celebração das diferenças; direito de pertencer; valorização da diversidade humana; solidariedade humanitária; igual importância das minorias; cidadania com qualidade de vida.

Com relação à questão aberta 6, ***"O que você entende por inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais",*** os participantes não foram convincentes, ficando as respostas abstratas ou fora do foco principal da questão, podendo talvez ser justificado pelo fato do

assunto “inclusão” ser novo no Brasil, sendo mais debatido após a resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 2, de 11 de setembro de 2001. Vejamos as respostas obtidas:

Professor 1 – *“Cada pessoa deve ter a mesma vontade de superação, independente de sua necessidade. Deverá ser dado estimulo certo para cada caso”;*

Professor 2 – *“Que o aluno com necessidades especiais, devem ser inseridos em turmas considerado normal”;*

Professor 3 – *“Vejo como sendo a inclusão de pessoas com deficiência com outros alunos dito normais. Outro aspecto é a responsabilidade desde as autoridades frente o problema”;*

Professor 4 – *“São pessoas que possuem necessidades onde requer adaptação do contexto social para com o PNEE”;*

Professor 5 – *“Precisam de maior atenção por ter alguma necessidade”.*

Para Stainback e Stainback (1999, p.21), “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

Portanto, a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (Sassaki, 1997).

Em relação à questão aberta 9 – ***“Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para uma professor de Educação Física poder incluir um aluno Portador de Deficiência em suas aulas?”***, vejamos as respostas:

Professor 1 – *“Sensibilidade, planejamento e conhecimento”;*

Professor 2 – *“Conhecimento”;*

Professor 3 – *“Saber tudo que se passa com o PNEE, suas características físicas, intelectuais e outras”;*

Professor 4 – *“Conhecimento sobre a necessidade do aluno”;*

Professor 5 – *“Ter um estudo sobre o assunto/conhecimento em como atuar”.*

De acordo com Pimenta (2005, p. 17-18) além de fornecer a habilitação legal para o exercício da docência, espera-se que o curso de Educação Física realmente forme o professor.

O “conhecimento” foi o item citado por quase todos os professores, talvez seja ele o principal fundamento para que se possa dar inicio a uma verdadeira inclusão.

De acordo com Mazzotta (1982) um dos fatores que interfere de forma negativa ao atendimento seria a qualificação dos profissionais responsáveis pelo planejamento do trabalho a ser realizado, bem como a escolha e domínio das estratégias apropriadas que se desenvolvem em relação ao atendimento específico do educando deficiente.

CONCLUSÃO

A questão da inclusão é muito mais do que um direito da criança com Necessidade Educacional Especial, mas representa o exercício do respeito a elas. A pesquisa, demonstrou que os professores pesquisados declararam ter conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física adaptada, sendo que a maioria obtiveram estes conhecimentos na graduação.

Quando questionados a existência de alunos deficientes em suas aulas, apenas 40% dos professores disseram possuir alunos em sua turma, justamente os que possuem especialização na área.

No que se refere aos requisitos necessários para incluir um aluno PNEE em suas aulas, a maioria declarou que o conhecimento é fundamental, no entanto, constata-se que os profissionais apresentam mais que 10 anos de profissão, o que nos leva a crer ser tempo suficiente para adquirir conhecimentos para atuarem na área com segurança.

Na questão - “Em sua opinião, a participação do aluno PNEE em aulas de Educação Física auxilia na inclusão na comunidade escolar e até na sociedade?”, 40% disseram que sim e 60% acham que não, justamente os professores que possuem alunos PNEE em suas aulas e possuem maiores conhecimentos, concordam, entretanto, o restante (os que não trabalham com inclusão) não acreditam

no auxilio, isso nos faz refletir se a falta de informação ou até mesmo experiência pode ser atribuída como uma das causas para este tipo de afirmação.

De acordo com a pesquisa, observa-se então, que os professores não estão totalmente preparados para atenderem essa clientela, sendo assim, observa-se que o processo de inclusão da Pessoa com Necessidade Educacional Especial nas aulas de Educação Física no ensino regular já vem ocorrendo, embora precário em alguns casos. Portanto, reverter tal situação torna-se fundamental para que seja garantida à integração dessas crianças de forma efetiva e concreta.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. de; DUARTE, E. **Educação Inclusiva:** um estudo na área da educação física. Ver. Bras. Ed. Esp., v.11, n.2, mai. – Ago., p. 223 – 240, 2005.

ALVES, M. R. L. Educação Física Adaptada: onde está você? TCC de Licenciatura em Educação Física. Presidente Prudente-SP. 2005, p. 71.

ARAÚJO, P. F. de. **A Educação Física para pessoas portadoras de deficiência nas instituições especializadas de Campinas.** Piracicaba, 1997. (dissertação de mestrado) Faculdade de Educação Física da Universidade Metodista de Piracicaba.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial** – livro 1 Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D.C. **Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down.** Temas sobre Desenvolvimento. v. 9, n.52, p.25, Setembro, 2000.

FREITAS, H. C. L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.,** Campinas. n. 80, v. 23, set., 2002, p. 136-167.

LOURO, A. K. M. A Formação de Professores. **Um Desafio a Mais na Integridade de Alunos com Deficiências.** Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Ano 7, n.19, p. 35-37, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Edições Científicas, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de educação especial.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

PEDRINELLI, V. J. Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Revista Integração.** Ano 14, Edição Especial, 2002.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSADAS, S. de C. **Educação física especial para deficientes.** São Paulo: Livraria Atheneu, p.38, 1986.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Disponível em: www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf .Acesso em: 08/05/2009.

SILVA, A. I. T; SILVA, D. B. R.; AGNELLI, L. B.; HIGUCHI, M. A; OLIVEIRA, M. C. DE O.; SILVA, P. C. DA; MANCINI, M. C.; VARELA, R. C. B. Perfil funcional de crianças com paralisia cerebral na escola regular, segundo tipo de escola e comprometimento motor. **Temas sobre Desenvolvimento.** v.13, n.74, p.13, 2000.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 2ª . ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Faculdade Uningá - DEF

Av. Dr. Antonio Moraes de Barros, 579
Atalaia - PR